



## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA NO DIA ONZE DE NOVENBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE (11-11-2019).

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, segunda feira, na Câmara Municipal de Mariana, às nove horas e quarenta minutos, realizou-se a trigésima sétima Reunião da Comissão Permanente de Finanças, Legislação e Justiça (Presidente: Daniely Cristina Alves; Vice-Presidente: Marcelo Macedo; Vogal: Bruno Mól). Atendendo a Solicitação protocolada nesta casa de Leis para uso da palavra, as Dras. Irlaine Cunha e Poliana Zadra, médicas da classe de vinte horas e a Sra. Fúlvia Dias Marques Quintão e o Dr. Rodrigo Paiva, dentista de vinte horas e seu procurador respectivamente, para tratarem sobre o PCCV da Saúde. Estiveram Presentes: as Senhoras Doutoras, Pollyana Zadre Valadares e Irlaine da Cunha Pereira; a Dra. Ana Maria G. Luiz e os Senhores Doutores Sergio Rêda e Allisson Francelino. **ABERTURA:** a Presidente Daniely Alves em nome de Deus e do Povo Marianense, havendo número regimental declarou aberto os trabalhos da Comissão. Fazendo a dispensa da leitura da Ata. Registrando a presença do Vereador Deyvson Ribeiro e do vereador Gerson Cunha. A presidente da comissão, Daniely Alves, solicitou ao Vereador Deyvson Ribeiro a Leitura do Requerimento protocolado na Casa pelos representantes dos médicos de vinte horas e do Ofício encaminhado pela Senhora Fúlvia Quintão. A presidente da Comissão Daniely Alves, deixou a palavra livre para que os representantes da classe de médicos pudessem se manifestar. Com a palavra, a Senhora Irlaine da Cunha Pereira informou que não concordam com o PCCV pelo fato de terem realizado um concurso com a carga horária de vinte horas, e na versão final do Projeto só existir o cargo para dez horas, dando o direito da realização de vinte horas na base do Regime Especial, havendo uma queda de vencimento. Informando que o PCCV não contempla o Descanso Semanal Remunerado. Informando que o advogado responsável por analisar o PCCV estava elaborando um relatório a pedido da classe, tendo em vista algumas dúvidas que surgiram com o PCCV, e a assinatura da Ata pela doutora Darle Govas Pimenta, que não entendeu o que seria "Regime Especial". Informando de haver a contemplação de horas extras ganhando menos. A presidente da Comissão, Daniely Alves, disse não ter pressa em votar os PCCVS, e da importância do diálogo com as categorias, lembrando que o legislativo não foi convidado para a última reunião referente ao PCCV da Saúde. Sendo levada à Reunião para o executivo. Com a palavra, o Vereador Marcelo Monteiro Macedo informou que todas as reuniões iniciais passaram pela Câmara. Com a palavra, a Senhora Doutora Poliana Zadra, médica vinte horas, disse que o PCCV é um objetivo de toda categoria. Disse ter encontrado dificuldade na leitura do PCCV, sugerindo um simulado de contracheque para mais tranquilidade da categoria, dizendo não estar claro no texto elaborado sobre o Descanso Semanal Remunerado e a progressividade de remuneração. Solicitando o direito da categoria de cumprir às vinte horas. O Vereador Marcelo Macedo solicitou a deliberação da Presidente da Comissão, Daniely Alves, sobre o envio de um Ofício à Secretaria de Administração para que apresente um simulado de contracheque dos servidores. Sendo deliberado pela presidente. Com a palavra, o vereador Deyvson Ribeiro informou que o parecer para o projeto ser votado é o da Comissão de Finanças legislação e Justiça. Tranquilizando todos os presentes



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

informando que o projeto será votado quando não houver mais dúvidas e de forma que não haja perda para a categoria. Informando, ainda, que o Projeto permanecerá na Comissão até que todas as dúvidas sejam esclarecidas. De forma que os Vereadores possam votar, também com tranquilidade. Onde todos os vereadores realizarão o trabalho com muita cautela para que a categoria não fique prejudicada. A presidente da Comissão, Daniely Alves, por sua vez, deixou a palavra livre para que os representantes dos Dentistas de vinte horas pudessem se manifestar. Com a Palavra, a Senhora Ana Maria G. Luiz Assessora Jurídica do CRD- MG (Conselho Regional de odontologia de Minas Gerais) pontuou algumas questões. Dizendo da sua preocupação em relação ao Plano de Cargos e Salários ser a redução salarial. Informando pelo texto da Lei que a VP não entra como base de cálculo do quinquênio, nem do biênio. Não levando em consideração as horas trabalhadas em jornada especial, principalmente para os horistas, que estão vinculados a um edital de horas. Esclarecendo que, legalmente falando, isso não seria possível. A presidente da Comissão, Daniely Alves informou que quando foi aprovado o PCCV da Guarda Municipal a condição da comissão foi da não vinculação a aprovação do PCCV da saúde e demais categorias. Em que a condição ficou bem clara. A presidente da comissão informou, ainda, que o diálogo foi trazido a Casa, mas a Comissão de Educação e Saúde, presidida pelo vereador Geraldo Sales, resolveu levar a discussão para o executivo, tendo em vista que a Comissão de legislação estaria abrindo novamente o dialogo porque foi tirado o direito da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça de participar das reuniões tanto que a Comissão quanto os vereadores da Casa, não sabem informar quem são os representantes eleitos de cada categoria. Informando ser importante a Comissão acompanhar tudo que esta acontecendo. Dizendo, ainda, que tanto a Comissão de Legislação e Justiça, quanto a Comissão de Obras não tem pressa em aprovar esse PCCV até que todas as discussões sejam pautadas na Casa novamente. Pela ordem, o Vereador Marcelo Monteiro Macedo, Presidente da Comissão de Viação, Obras Publicas, Agricultura, Indústria e Meio Ambiente, contribuindo com a discussão, deixou claro que todas as discussões dos PCCVs deram início na Casa. Não sabendo informar por qual motivo as discussões foram levadas para o executivo, sem a participação das Comissões. Informando que havia ficado claro em reunião anterior na Casa, que não haveria a redução no salário de nenhum servidor. Esclarecendo que o papel das Comissões é ouvir todas as classes. A presidente da Comissão, Daniely Alves informou que conversou com a Secretária de Administração a Senhora Arlinda Gonçalves, propondo que a Secretaria de Administração viesse a Casa abrindo oportunidade, da abertura do diálogo, que ficou de dar a resposta posteriormente, salientando que não houve o retorno esperado. A presidente da Comissão, Daniely Alves, informou de pelo menos o Plenário ser soberano e do direito a Cadeira, esclarecendo que caso a Secretaria não compareça a Casa, espontaneamente, através do Convite há a abertura dela ser convocada, conforme Regimento Interno. Dizendo que foi informado pela Secretaria de administração da existência das Atas, juntamente com os PCCVs. Esclarecendo que por deliberação da Comissão, entre os vereadores, Bruno Mól, Gerson Cunha e Marcelo Monteiro Macedo a decisão da Comissão não seria baseada em Atas e sim em reuniões presenciais, em que teriam a oportunidade de dialogar com todos os atores envolvidos no processo. Em relação à abertura para o advogado da classe dos



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

médicos de vinte horas, a Presidente da Comissão deixou aberta e disponível o direito a manifestação, informando como regra da Casa da necessidade de protocolo de intenção do dia de usar a palavra em Plenário. Lembrando que o recesso Legislativo começaria em vinte de dezembro, onde estaria adiantando as reuniões. A presidente da Comissão consultou os presentes da disponibilidade para deliberação de uma reunião, para realizar a convocação dos demais envolvidos. Ficando de ser confirmada a reunião para a próxima segunda feira dia dezoito de novembro às nove horas com os representantes dos médicos e dentistas de vinte horas. Com a palavra, o vereador Marcelo Monteiro Macedo disse que nenhum vereador é contra a aprovação dos PCCVs, sendo uma cobrança de muitos anos de todas as administrações passadas. Informando da necessidade de fazerem as reuniões o mais breve possível para que o PCCV da saúde possa ser votado. Informando do desejo de se ter tranquilidade para votar o projeto. Onde o objetivo da Comissão de Legislação e pela votação legal e Constitucional do PCCV. A presidente da Comissão agradeceu todos os presentes. Dando continuidade a Reunião, sobre a discussão dos pareceres, a Presidente da comissão, informou do Projeto de Lei nº 11/2019, do vereador Cristiano Vilas Boas que "*Declara de Utilidade Publica, a Associação do Instituto Fernando Moraes*", informando que o projeto seria discutido às quatorze horas, na Reunião Conjunta das Comissões, juntamente com a Comissão de educação presidida pelo Vereador Geraldo Sales para que possam posteriormente estar emitindo parecer. Informando, também, de ter sido protocolado na Casa o Projeto do Vereador Antonio Marcos Ramos de Freitas, um Projeto Substitutivo que "*Dispõe sobre a publicação de prazo de seis meses e cinco anos de garantia nos editais e contratos de Obras Públicas incluindo pavimentação, recapeamento asfáltico, conceitos e buracos, nas vias da Cidade de Mariana*", projeto que encontra-se na Comissão aguardando a manifestação do Vereador. Esclarecendo de dois Projetos de autoria do vereador Juliano Gonçalves, um deles de dar "*Denominação Oficial a Prédio Público*", no distrito de Furquim, na Vila Santa Efigênia. E Outro, que "*Proíbe a realização de Rodeios, Touradas e eventos similares que envolva maus tratos e crueldade no município de Mariana*" que também estavam sobrestados na Comissão. Dizendo, também, do Projeto de lei onde a Comissão estaria fazendo uma análise, sendo um Programa muito interessante de "*Atendimento para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos*", da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, sendo um projeto que a Comissão vislumbra discutir com o secretário da Pasta. Informando, ainda, do Projeto de Lei nº 79/2019, que veio com redação de "*revogar a Lei Municipal nº 1.650 de 2018 e dá outras providências*". Esclarecendo ser um Projeto do executivo, pedindo a revogação do feriado do dia oito de dezembro, sob a alegação de impactos negativos na economia local. Onde o entendimento da Comissão, seria de não ser revogada a lei, pois, se revogassem a lei, revogariam todos os incisos do artigo primeiro, incluindo o feriado de sexta feira da paixão, Corpus Christ, o feriado do dia dezesseis de julho, festividade de Nossa Senhora do Carmo. Solicitando mudança do feriado do dia 08 de dezembro para o dia 15 de agosto. O Vereador Marcelo Macedo disse que o Projeto nº 79/2019, vem com a redação de revogar a lei nº 1.650 que dispõe sobre feriados municipais. Porém, mais uma vez, a Comissão de Legislação e Justiça contribui com o executivo. Não podendo deixar que o Projeto de Lei continue tramitando no plenário, tendo em vista erro material,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

sugerindo a devolução ao executivo para correção. Com a palavra o vereador Deyvson Ribeiro disse dos inúmeros projetos de Lei enviados pelo executivo com erros, informando da má gestão da administração no município. Exemplificado pelo Projeto de Lei encaminhado, com o objetivo de tirar o feriado do dia oito de dezembro. Com redação suprimindo todos os feriados dispostos na Lei. Questionando os motivos da revogação do feriado do dia oito de dezembro. Sendo que o feriado utilizado para o servidor descansar. A Presidente da Comissão solicitou a secretaria da casa juntamente ao jurídico para que providenciasse Ofício de devolução do Projeto de Lei nº 79/2019. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, a Presidente encerrou a reunião às dez horas e trinta e três minutos.